

DISCIPLINA: FORMAÇÃO DAS LEIS: PODER LEGISLATIVO, LOBBY E ATIVISMO SOCIAL	CÓDIGO: GRDDIRELE0179
PROFESSOR: MICHAEL FREITAS MOHALLEM	CARGA HORÁRIA: 60h
<p>EMENTA</p> <p>Separação de poderes. Atuação política pela internet. Financiamento de campanha eleitoral. Crowdfunding eleitoral. Financiamento eleitoral público. Crowdsourcing legislativo. Processo constituinte. Partidos políticos. Plebiscito, referendo, iniciativa popular. Vícios de iniciativa. Medidas provisórias. Lei Complementar nº 95. Espécies legislativas. Emendas constitucionais. Imunidade e decoro parlamentares. Poder normativo da Justiça Eleitoral. Regulamentação do lobby. Populismo penal. Lei orçamentária. Emendas parlamentares individuais. Orçamento participativo. Protestos de rua. Avaliação legislativa. Legislação comparada. Diálogo jurisdicional.</p>	
<p>OBJETIVOS GERAIS</p> <p>O propósito do curso é compreender a formação e evolução da legislação no Brasil, considerando não apenas os atores institucionais e o processo legislativo constitucional, mas também a participação e influência da sociedade por seus grupos de interesse e as novas formas de pressão democrática. Haverá ainda duas vertentes de atuação prática: a) autoria intelectual de projeto de lei (identificar lacuna legislativa ou necessidade de atualização da lei, elaboração de minuta de projeto de lei e estratégia de introdução no processo legislativo) e b) criação e implementação de campanha de pressão pela aprovação ou rejeição de matéria legislativa em tramitação (reconhecimento dos interesses envolvidos, identificação dos agentes políticos e grupos da sociedade capazes de influenciar, percepção do momento da ação e definição do método de pressão).</p>	
<p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p> <p>1. Compreender o processo democrático e o papel da sociedade no âmbito do processo legislativo. 2. Articular o conhecimento teórico e a prática do processo legislativo formal. 3. Conhecer estratégias de utilização da internet para influenciar a formação de leis. 4. Conhecer a técnica e os procedimentos legislativos no direito brasileiro. 5. Desenvolver habilidades de mapeamento das forças políticas e interesses conduzindo a deliberação de matérias nos parlamentos. 6. Desenvolver campanhas pontuais pela aprovação ou rejeição de matéria legislativa em tramitação, como mobilizar atores interessados, e se envolver diretamente com influenciadores do processo legislativo (os políticos, imprensa, profissionais da política, os blogueiros e os organizadores online). 7. Conhecer os pontos cruciais de ação nos processos de elaboração de leis em que lobistas profissionais, legisladores, ativistas e os cidadãos podem influenciar. 8. Aprimorar a capacidade de acompanhamento do processo legislativo. 9. Desenvolver habilidade de redação e técnica legislativa. 10. Conhecimento das organizações da sociedade civil que atuam no processo legislativo da área selecionada.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA</p> <p>SILVA, José Afonso da, O processo constitucional de formação das leis. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.</p> <p>FARHAT, Saïd. Lobby. O que é. Como se faz. Ética e transparência na representação junto a governos. Editora Petrópolis, 2007</p> <p>BENEVIDES, Maria Victoria, VANNUCHI, Paulo e KERCHÉ, Fábio (orgs). Reforma Política e Cidadania. Fundação Perseu Abramo, 2005.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>AVELAR, Lúcia; CINTRA; Antônio Octávio (orgs.). Sistema Político Brasileiro: uma introdução. São Paulo: Konrad Adenauer – UNESP, 2004.</p> <p>LANDEMORE, Hélène e ELSTER, Jon (eds). Collective Wisdom: Principles and Mechanisms. Cambridge University Press, 2014.</p>	

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. Grupos de Interesse (Lobby). SÉRIE PENSANDO O DIREITO, nº 8/2009.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Do processo legislativo. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

SIEDER, Rachel et al. The judicialization of politics in Latin America. Palsgrave Macmillan, 2005.